



# Língua Portuguesa

### Texto I

Naquele novo **apartamento** da rua Visconde de Pirajá pela primeira vez **teria** um escritório para trabalhar. Não era um cômodo muito grande, mas dava para **armar ali a minha tenda** de reflexões e leitura: uma escrivaninha, um sofá e os livros.

Na parede da esquerda ficaria a grande e sonhada estante **onde caberiam** todos os meus livros. Tratei de encomendá-la a seu Joaquim, um marceneiro que tinha oficina na rua Garcia D'Ávila com Barão da Torre.

O apartamento não ficava tão perto da oficina. Era quase em frente ao prédio onde morava Mário Pedrosa, entre a Farme de Amoedo e a antiga Montenegro, hoje Vinicius de Moraes. Estava ali havia uma semana e nem decorara ainda o número do prédio. Tanto que, quando seu Joaquim, ao preencher a nota de encomenda, perguntou-me onde seria entregue a estante, tive um **momento de hesitação**. Mas foi só um momento. Pensei rápido: "Se o prédio do Mário é 228, o meu, que fica quase em frente, **deve** ser 227". Mas **lembrei-me de que**, ao ir ali pela primeira vez, observara que, apesar de ficar em frente ao do Mário, havia uma diferença na numeração.

— Visconde de Pirajá, 127 — respondi, e seu Joaquim **desenhou o endereço na nota**.

— Tudo bem, seu Ferreira. Dentro de um mês estará lá sua estante.

— Um mês, seu Joaquim! Tudo isso? Veja se reduz esse prazo.

— A estante é grande, dá muito trabalho... Digamos, três semanas.

*Ferreira Gullar. A estante. In: A estranha vida banal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989 (com adaptações).*

**No que se refere aos sentidos do texto I, julgue os próximos itens.**

1. (Cespe - 2016) O trecho "dá muito trabalho" constitui uma referência de seu Joaquim à confecção da estante, tarefa que, segundo ele, seria trabalhosa.
2. (Cespe - 2016) De acordo com as informações do texto, é correto inferir que seu Joaquim era analfabeto, uma vez que ele "desenhou o endereço na nota".
3. (Cespe - 2016) A expressão "armar ali a minha tenda" foi empregada no texto em sentido figurado.

4. (Cespe - 2016) De acordo com as informações do texto, Vinicius de Moraes passou a morar no apartamento onde antes residia Mário Pedrosa.

5. (Cespe - 2016) O "momento de hesitação" vivido pelo narrador deveu-se ao medo de informar o endereço a um desconhecido.

6. (Cespe - 2016) O verbo **dever** foi empregado no 3º parágrafo no sentido de ser **provável**.

**Julgue os seguintes itens, a respeito de aspectos linguísticos do texto I.**

7. (Cespe - 2016) A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados, caso se substituísse o trecho "lembrei-me de que" por **lembrei que**.

8. (Cespe - 2016) A forma verbal "teria" está flexionada na terceira pessoa do singular, para concordar com "apartamento", núcleo do sujeito da oração em que ocorre.

9. (Cespe - 2016) Seria mantida a correção do texto caso o trecho "onde caberiam" fosse substituído por **que caberia**.

10. (Cespe - 2016) No período "Tanto que, quando (...) momento de hesitação" (3º parágrafo), o emprego de todas as vírgulas deve-se à mesma regra de pontuação.

**Bibliotecas** sempre deram muito o que falar. Grandes monarquias jamais deixaram de possuir as suas, e cuidavam delas estrategicamente. Afinal, dotes de princesas foram negociados tendo livros como objetos de barganha; tratados diplomáticos versaram sobre **essas coleções**. Os monarcas portugueses, após o terremoto que dizimou Lisboa, se orgulhavam de, a despeito dos destroços, terem erguido uma grande **biblioteca**: a Real Livraria. D. José chamava-a de joia maior do tesouro real. D. João VI, mesmo na correria da partida para o Brasil, não se esqueceu dos livros. Em três diferentes levadas, a Real Biblioteca aportou nos trópicos, e foi até mesmo tema de disputa.

*Internet: <<http://observatoriodaimprensa.com.br>> (com adaptações).*

**Acerca de aspectos linguísticos e dos sentidos do texto acima, julgue os itens que se seguem.**

11. (Cespe - 2016) Princesas e diplomatas eram valorados conforme a qualidade das bibliotecas que seus países possuíam e a parcela dos livros que estavam dispostos a ceder em negociações diversas.

12. (Cespe - 2016) A Real Livraria foi erguida com os destroços resultantes do terremoto que atingiu Lisboa, como símbolo da força de Portugal na superação da tragédia que acabava de assolar o país.
13. (Cespe - 2016) A expressão “essas coleções” retoma, por coesão, o termo “Bibliotecas”.
14. (Cespe - 2016) O sinal de dois-pontos empregado imediatamente após “biblioteca” introduz um termo de natureza explicativa.
- O meu antigo companheiro de pensão Amadeu Amaral Júnior, um homem louro e fornido, tinha costumes singulares que espantavam os outros hóspedes.
- Amadeu Amaral Júnior vestia-se com sobriedade: usava uma cueca preta e calçava medonhos tamancos barulhentos. Alimentava-se mal, espichava-se na cama, roncava o dia inteiro e passava as noites acordado, passeando, agitando o soalho, o que provocava a indignação dos outros pensionistas. Quando se cansava, sentava-se a uma grande mesa ao fundo da sala e escrevia o resto da noite. Leu um tratado de psicologia e trocou-o em miúdo, isto é, **reduziu-o a artigos**, uns quarenta ou cinquenta, que projetou meter nas revistas e nos jornais e com o produto vestir-se, habitar uma casa diferente daquela e pagar ao barbeiro.
- Mudamo-nos, separamo-nos, perdemo-nos de vista. Creio que os artigos de psicologia não foram publicados, pois há tempo li este anúncio num semanário: “Intelectual desempregado. **Amadeu Amaral Júnior**, em estado de desemprego, aceita esmolas, donativos, roupa velha, pão dormido. **Também aceita trabalho**”. O anúncio não produziu nenhum efeito.
- Muita gente se espanta com o procedimento desse amigo. Não sei **por quê**. Eu, por mim, acho que Amadeu Amaral Júnior andou muito bem. Todos os jornalistas necessitados deviam seguir o exemplo dele. O anúncio, pois não. E, em duros casos, a propaganda oral, numa esquina, aos gritos. Exatamente como quem vende pomada para calos.
- Graciliano Ramos. Um amigo em talas. In: Linhas tortas. Rio de Janeiro: Record, 1983, p. 125 (com adaptações).*
- Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto Um amigo em talas, julgue os itens que se seguem.**
15. (Cespe - 2016) A substituição do pronome “o”, em “reduziu-o a artigos”, por **lhe** preservaria a correção gramatical do texto.
16. (Cespe - 2016) O sujeito da oração ‘também aceita trabalho’ (l.23) está elíptico e se refere a ‘Amadeu Amaral Júnior’ (l.20-21), o que justifica o emprego da forma verbal “aceita” na terceira pessoa do singular.
17. (Cespe - 2016) Sem prejuízo para a correção gramatical do período, a expressão “por quê” poderia ser substituída por **o porquê**.
18. (Cespe - 2016) As vírgulas em “Amadeu Amaral Júnior, em estado de desemprego, aceita esmolas, donativos, roupa velha, pão dormido” (4º parágrafo) foram todas empregadas para separar itens de uma enumeração.
19. (Cespe - 2016) Para o narrador, seu amigo Amadeu Amaral Júnior não foi imprudente ao publicar anúncios oferecendo os seus serviços.
20. (Cespe - 2016) Os costumes peculiares de Amadeu Amaral Júnior são apresentados no segundo parágrafo do texto.
21. (Cespe - 2016) De acordo com o texto, os hóspedes da pensão ficavam espantados com os anúncios de jornal referentes a Amadeu Amaral Júnior.
- O homem **que só tinha certezas** quase nunca usava ponto de interrogação. Em seu vocabulário, não constavam as expressões: talvez, quiçá, quem sabe, porventura.
- Parece que foi de nascença. Ele já teria vindo ao mundo assim, com todas as certezas junto, pulou a fase dos porquês e nunca soube o que era curiosidade na vida. Cresceu achando natural viver **derramando afirmações pela boca**.
- A notícia **espalhou-se** rapidamente. Não demorou muito para se tornar capa de todas as revistas e personagem assíduo dos programas de TV. Para cada pergunta havia uma só resposta certa e era essa que ele dava, invariavelmente, exterminando aos pouquinhos todas as dúvidas que existiam, até que só restou uma dúvida no mundo: será que ele não vai errar nunca? Mas ele nunca errava, e já nem havia mais o que errar, **uma vez que não havia mais dúvidas**.
- Um dia aconteceu um imprevisto, e o homem que só tinha certezas, quem diria, acordou apaixonado. Para se assegurar de que aquela era a mulher certa para ele, formulou cento e vinte perguntas, as quais ela respondeu sem vacilar. Os dois se amaram

noites adentro, foram a Barcelona, tiraram fotos juntos, compraram álbuns, porta-retratos... Desde então, por alguma razão desconhecida, o homem que só tinha certezas foi perdendo todas elas, uma por uma. No início ainda tentou disfarçar. Mas as dúvidas multiplicavam-se como praga, espalhavam-se pelo mundo, e agora, meu Deus? Deus existe? Existe sim. Ou será que não? Ele não estava bem certo.

*Adriana Falcão. O homem que só tinha certezas. In: O doído da garrafa. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003, p. 75 (com adaptações).*

**Julgue os itens seguintes, referentes aos aspectos linguísticos e às ideias do texto O homem que só tinha certezas.**

22. (Cespe - 2016) A supressão da partícula “se”, em “espalhou-se”, prejudicaria a correção gramatical do texto e seu sentido original.
23. (Cespe - 2016) A forma verbal “havia”, em “não havia mais dúvidas”, poderia ser corretamente substituída por **existia**.
24. (Cespe - 2016) A locução “uma vez que” introduz, no período em que ocorre, ideia de causa.
25. (Cespe - 2016) O sentido original do texto seria alterado caso a oração “que só tinha certezas” fosse isolada por vírgulas.
26. (Cespe - 2016) O narrador do texto sugere que o personagem central adquiriu paulatinamente a habilidade de ter certezas.
27. (Cespe - 2016) Conclui-se do texto que a fama do personagem central e o interesse das pessoas por ele devem-se ao fato de ele jamais ter mentido nas respostas às questões que lhe eram propostas.
28. (Cespe - 2016) Depreende-se do texto que o personagem principal perdeu repentinamente a capacidade de ter certezas devido ao fato de ter se apaixonado.
29. (Cespe - 2016) Infere-se do trecho “derramando afirmações pela boca” que o homem que só tinha certezas falava demasiadamente.

Luís Fernando Veríssimo diz que o cronista é como uma galinha, bota seu ovo regularmente. Carlos Eduardo Novaes diz que crônicas são como laranjas, podem ser doces ou azedas e podem ser consumidas em gomos ou pedaços, na poltrona de casa ou espremidas na sala de aula.

Já andei dizendo que o cronista é um estilista. Não confundam, por enquanto, com estilista. Estilista era o santo que ficava anos e anos em cima de uma coluna, no deserto, meditando e pregando. São Simeão passou trinta anos assim, exposto ao sol e **à chuva**. Claro que, de tanto purificar seu estilo diariamente, o cronista estilista acaba virando um estilista.

**O cronista é isso: fica pregando lá em cima de sua coluna no jornal.** Por isso, há uma certa confusão entre colonista e cronista, assim como há outra confusão entre articulista e cronista. O articulista escreve textos expositivos e defende temas e ideias. O cronista é o mais livre dos redatores de um jornal. Ele pode ser subjetivo. Pode (e deve) falar na primeira pessoa sem envergonhar-se.

O cronista é crônico, ligado ao tempo, deve estar encharcado, doente de seu tempo e ao mesmo tempo pairar acima dele.

*Affonso Romano de Sant'Anna. O que é um cronista? In: O Globo. 12/6/1988 (com adaptações).*

**Considerando as ideias e os aspectos linguísticos do texto O que é um cronista?, julgue os itens a seguir.**

30. (Cespe - 2016) Infere-se do texto que, tanto para o autor como para outros cronistas, a crônica se caracteriza pela constância com que é produzida.
31. (Cespe - 2016) No período “O cronista é isso: fica pregando lá em cima de sua coluna no jornal”, o verbo **pregar** foi empregado em sentido figurado.
32. (Cespe - 2016) No 2º parágrafo, o emprego do acento indicativo de crase em “à chuva” é exigido pela regência da forma verbal “exposto” e pela presença do artigo definido feminino que especifica o substantivo “chuva”.
33. (Cespe - 2016) O autor defende que a crônica, comparada a outros gêneros textuais, confere ao escritor menos autonomia.

Saúde: direito de todos e dever do Estado. É assim que a Constituição Federal de 1988 inicia a sua seção sobre o tema. Uma vez que muitas ações ou omissões vão de encontro a essa previsão, **cotidianamente** é possível observar graves desrespeitos à Carta Magna. A Defensoria Pública, importante instituição garantida por lei assim

como a saúde, busca sanar o problema por meio da via judicial quando a mediação não produz resultados. Recentemente, a Defensoria Pública em Foz do Iguaçu, por exemplo, obteve três decisões liminares garantindo o direito à saúde a três pessoas por ela assistidas. Em todos os casos, **a Defensoria Pública fez intervenção judicial** para suprir a negativa ou a má prestação do **serviço público de saúde na localidade**.

Em um dos casos, **atendeu** uma gestante com histórico de abortos decorrentes de doença trombofílica e que necessitava de uma medicação diária de alto custo. A medicação, única opção na manutenção da gestação, havia sido negada pelo município e pelo estado, o que colocava a gestante em sério risco de sofrer mais um aborto.

Em mais uma intervenção judiciária do defensor público, foi deferida liminar em favor da assistida, tendo o estado e o município sido obrigados a fornecer o medicamento necessário durante toda a sua gestação e enquanto houver prescrição médica, sob pena de multa diária.

*Internet: <www.defensoriapublica.pr.gov.br>  
(com adaptações).*

**Com relação às informações e aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens a seguir.**

34. (Cespe - 2016) O sujeito da forma verbal “atendeu”, que está elíptico, refere-se a “serviço público de saúde na localidade”.
35. (Cespe - 2016) Sem prejuízo para a correção gramatical do texto nem para seu sentido original, o trecho “a Defensoria Pública fez intervenção judicial” poderia ser reescrito da seguinte forma: **a Defensoria Pública interviu judicialmente**.
36. (Cespe - 2016) Conclui-se do texto que, a despeito do que prevê a Constituição Federal, muitos cidadãos encontram dificuldades em conseguir atendimento na rede pública de saúde e acabam por recorrer à Defensoria Pública para que seus direitos sejam respeitados e garantidos.
37. (Cespe - 2016) Seria mantida a coerência do texto caso “cotidianamente” fosse substituído por **habitualmente**.

Maria Silva é moradora do Assentamento Noroeste, onde moram cerca de cem pessoas cuja principal forma de renda é o trabalho com reciclagem.

Ela é uma das líderes que lutam pelos direitos daquela comunidade. Vinda do estado do Ceará, Maria chegou a Brasília em 2002 e conheceu o trabalho da Defensoria Pública por meio do projeto Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, tendo seu primeiro contato com a defensoria ocorrido quando ela precisou de novos documentos para substituir os que haviam sido perdidos no período em que esteve nas ruas.

O objetivo do referido projeto é o de ir até a população que normalmente não tem acesso à Defensoria Pública. “Nós chegamos de forma humanizada até essas pessoas em situação de rua. Com esse trabalho nós estamos **garantindo** seu acesso à justiça e aos direitos para que consigam **se beneficiar** de outras políticas públicas”, explica a coordenadora do Departamento de Atividade Psicossocial.

A mais recente visita de participantes de outro projeto, o Atenção à População de Rua do Assentamento Noroeste, levou **respostas às demandas** solicitadas pelos moradores. O foco foram soluções e retornos de casos como o de um morador que tem problemas com a justiça e que está sendo assistido por um defensor público e o de uma senhora que estava internada em um hospital público e conseguiu uma cirurgia por meio dos serviços da defensoria.

As visitas acontecem mensalmente, sendo a maior demanda a solicitação de registro civil. “As certidões de nascimento figuram entre as demandas porque essas pessoas não as conseguiram por outros serviços, e a defensoria teve que intervir. Nós entramos para solucionar problemas: vamos até as ruas para informar sobre o trabalho da defensoria, **para que seus direitos sejam garantidos**”, afirma a coordenadora.

*Internet: <www.defensoria.df.gov.br.> (com adaptações).*

**Acerca dos aspectos linguísticos e das ideias do texto acima, julgue os itens seguintes.**

38. (Cespe - 2016) A forma verbal “garantindo” introduz uma oração reduzida de gerúndio de caráter adverbial.
39. (Cespe - 2016) No trecho “respostas às demandas”, o emprego do sinal indicativo de crase justifica-se pela regência do substantivo “respostas”, que exige complemento antecedido da preposição **a**, e pela presença de artigo feminino plural que determina “demandas”.
40. (Cespe - 2016) Conforme o texto, a Defensoria Pública deve atuar sempre que direitos dos cidadãos são negligenciados, por isso atua na defesa das pessoas em situação de rua.

41. (Cespe - 2016) Seria mantida a correção gramatical do período caso a partícula “se”, em “se beneficiar”, fosse deslocada para imediatamente após a forma verbal “beneficiar” — escrevendo-se **beneficiar-se**.
42. (Cespe - 2016) Seria mantida a correção do texto caso o trecho ‘para que seus direitos sejam garantidos fosse reescrito da seguinte forma: **visando à garantia de seus direitos**.
43. (Cespe - 2016) Depreende-se do texto que os moradores do Assentamento Noroeste buscam se organizar socialmente para levar ao poder público reivindicações da comunidade, por intermédio de lideranças, entre as quais se encontram mulheres.

Observe a Tirinha abaixo:



Quino. Toda Mafalda, 2003, p. 349, tira 2.

- Julgue os itens subsequentes, relativos às ideias e aos aspectos linguísticos da tirinha apresentada, da personagem Mafalda.
44. (Cespe - 2016) As palavras “proeza” (terceiro quadrinho) e “façanhas” (quinto quadrinho) são empregadas na tirinha com o sentido de **perigo**.
45. (Cespe - 2016) No terceiro quadrinho, o pensamento de Mafalda é introduzido por uma oração adversativa, que apresenta ideia que contrasta com as ideias veiculadas nos quadrinhos anteriores.
46. (Cespe - 2016) O autor se utiliza da criatividade lúdica da personagem Mafalda para criticar a omissão das autoridades quanto à poluição e ao recolhimento de entulho.
47. (Cespe - 2016) As formas verbais empregadas na tirinha, embora flexionadas na terceira pessoa do singular, indicam ações praticadas por Mafalda e por ela relatadas no momento de sua realização, o que justifica o emprego do presente do indicativo.

#### Texto

No início da colonização portuguesa no Brasil, a defesa das pessoas pobres perante os tribunais era considerada uma obra de caridade, com fortes traços religiosos.

Anteriormente à primeira Constituição pátria, a de 1824, vigoraram as Ordenações Afonsinas, as Manuelinas e as Filipinas. Destas, somente as Ordenações Filipinas, **sancionadas** em 1595 e que construíram a base do direito português até o século XIX, com vigência de 1603 até o Código Civil brasileiro de 1916, trazem, em seu texto, algo que remete ao entendimento de concessão de justiça gratuita, prevendo que, se o agravante fosse tão pobre que jurasse não ter bens móveis, nem bens de raiz, nem como pagar o agravo e se rezasse, na audiência, uma vez, a oração do Pai-Nosso pela alma do rei de Portugal, seria considerado quitado o pagamento das custas de então.

Ainda com relação ao aspecto da gratuidade, em particular, o colonizador português trouxe para o território brasileiro a praxe forense de acordo com a qual os advogados deveriam assistir, de maneira gratuita e voluntária, pro bono, os pobres que a solicitassem. Essa obrigação era admitida como um dever moral do ofício, diferenciando-se do voluntariado por ser exercida com caráter e competência profissionais, embora fosse uma atividade não remunerada.

Essas duas formas de gratuidade no acesso à justiça não se confundem. A advocacia pro bono é definida como a prestação gratuita de serviços jurídicos na promoção do acesso à justiça, ao passo que a assistência jurídica pública gratuita, atualmente prevista na Constituição Federal, no artigo 5.º, inciso LXXIV, e no artigo 134, é um dever intransferível do Estado e, na maior parte das vezes, é realizada na atuação das Defensorias Públicas da União e dos estados e por meio de convênios entre esses órgãos e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

**Enfim**, a importância dessas duas formas de assistência jurídica gratuita reside no fato de que o maior beneficiário dessa prerrogativa é a pessoa com insuficiência de recursos que tenha de demandar em juízo.

Internet: <[www.ambito-juridico.com.br](http://www.ambito-juridico.com.br)> e <[www.probono.org.br](http://www.probono.org.br)> (com adaptações)

**Com referência às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os seguintes itens.**

48. (Cespe - 2016) Presentes no texto, os vocábulos “caráter”, “intransferível” e “órgãos” são acentuados em decorrência da regra gramatical que classifica as palavras paroxítonas.
49. (Cespe - 2016) Sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do texto, o trecho “se o agravante (...) custas de então” (2º parágrafo) poderia ser reescrito da seguinte forma: caso o agravante for muito pobre a ponto de não ter bens móveis ou bens imóveis, e caso nem tenha como pagar as custas do processo, se rezar um Pai-Nosso na audiência em honra do rei de Portugal o pagamento das custas da época será considerado liquidado.
50. (Cespe - 2016) De acordo com o texto, o Estado confundia-se com a religião, o que fica evidente no fato de que foram as Ordenações Filipinas que compilaram, em textos legais, o benefício da justiça gratuita de cunho religioso.
51. (Cespe - 2016) Conclui-se do texto que a concessão da gratuidade no acesso à justiça originou-se de um dever legal do Estado de auxiliar os pobres na resolução de suas demandas.
52. (Cespe - 2016) Conclui-se do conteúdo do segundo parágrafo que as ações de jurar e de rezar em honra do rei funcionavam como um atestado de pobreza, ou seja, como forma de demonstrar a situação de insuficiência de recursos a fim de se obter a concessão da assistência judiciária gratuita.
53. (Cespe - 2016) O vocábulo “sancionadas” é, no texto, sinônimo de **promulgadas**.
54. (Cespe - 2016) No trecho “Anteriormente à primeira Constituição pátria”, o emprego do acento indicativo de crase é facultativo.
55. (Cespe - 2016) As expressões “No início da colonização portuguesa no Brasil”, “Anteriormente à primeira Constituição pátria”, “Ainda com relação ao aspecto da gratuidade” e “Enfim” promovem o encadeamento e a sequencialização dos argumentos desenvolvidos no texto.

### Texto

No Brasil, pode-se considerar marco da história da assistência jurídica, ou justiça gratuita, a própria colonização do país, ainda no século XVI. O surgimento de lides provenientes das inúmeras formas de relação jurídica então **existentes** — e o chamamento da jurisdição para resolver essas contendas — **já dava** início a situações em que constantemente as partes se viam impossibilitadas de arcar com os possíveis custos judiciais das demandas. A partir de então, a chamada assistência judiciária praticamente evoluiu junto com o direito pátrio. **Sua** importância atravessou os séculos, e ela passou a ser garantida nas cartas constitucionais.

No século XX, o texto constitucional de 1934, no capítulo II, “Dos direitos e das garantias individuais”, em seu art. 113, fez menção a essa proteção, ao prever que “A União e os estados concederão aos necessitados assistência judiciária, criando para esse efeito órgãos especiais e assegurando a isenção de emolumentos, custas, taxas e selos”. Por sua vez, a Constituição de 1946 previu, no mesmo capítulo que a de 1934, em seu art. 141, § 35, que “O poder público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados”. A lei extravagante veio em 1950, materializada na Lei nº 1.060, que especifica normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. No art. 4.º dessa lei, havia menção ao “rendimento ou vencimento que percebe e os encargos próprios e os da família” e constava a exigência de atestado de pobreza, expedido pela autoridade policial ou pelo prefeito municipal. Foi o art. 1.º, § 2.º, da Lei nº 5.478/1968 que criou a simples afirmação (da pobreza), **ratificado** pela Lei nº 7.510/1986, que deu nova redação a dispositivos da Lei nº 1.060/1950.